

0 .br no cenário transnacional de nomes de domínio

Contribuições do IRIS
para o EResp 1.695.778/RJ

iris

INSTITUTO
DE REFERÊNCIA
EM INTERNET
E SOCIEDADE

AUTORIA

Fabício Bertini Pasquot Polido

Lahis Kurtz

Luíza Couto Chaves Brandão

ACONSELHAMENTO CIENTÍFICO

Fabício Bertini Pasquot Polido

REVISÃO

Victor Vieira

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Felipe Duarte

DIAGRAMAÇÃO

Felipe Duarte

PRODUÇÃO EDITORIAL

Instituto de Referência em Internet e Sociedade

FINALIZAÇÃO

Felipe Duarte

COMO CITAR EM ABNT

POLIDO, Fabício; KURTZ, Lahis; BRANDÃO, Luíza. **O .br no cenário transnacional de nomes de domínio**: Contribuições do IRIS para o EResp 1.695.778/RJ. Pedido de ingresso como amicus curiae, apresentando contribuição sobre o papel do NIC.br no sistema de nomes de domínios - DNS- e a relevância pública deste sistema para a sociedade conectada, a liberdade de expressão e o acesso à informação. Dezembro de 2019. Belo Horizonte: IRIS, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/35we0rS>. Acesso em: DD mmm. AAAA.



INSTITUTO
DE REFERÊNCIA
EM INTERNET
E SOCIEDADE

DIREÇÃO

Luíza Couto Chaves Brandão

VICE-DIREÇÃO

Odélio Porto Jr.

CONSELHEIROS CIENTÍFICOS

Fabício Bertini Pasquot Polido

Lucas Costa dos Anjos

MEMBROS

Ana Bárbara Gomes / Pesquisadora

Anna Célia Carvalho / Comunicação

Felipe Duarte / Comunicação e Pesquisador

Florência Lorenzo / Pesquisadora

Gustavo Rodrigues / Pesquisador

Lahis Kurtz / Pesquisadora

Paloma Rocillo Rolim do Carmo / Pesquisadora

Pedro Vilela Resende Gonçalves / Co-fundador e pesquisador

Victor Barbieri Rodrigues Vieira / Pesquisador

Apresentação

Alinhado com a missão institucional de fortalecimento do quadro de direitos na internet no Brasil, o IRIS buscou oferecer contribuições técnicas ao STJ, que julga os Embargos de Divergência em Recurso Especial no 1.695.778/RJ. O caso representa uma discussão extensa e que pode delinear o futuro da operacionalização da internet no Brasil, com efeitos sobre o sistema de nomes de domínio (DNS), definido a nível global. A contribuição versa ainda sobre liberdade de expressão, manifestação de pensamento, organização e associação por meio dos nomes de domínio operados a partir do .br.

Buscamos apresentar aspectos relevantes para a apreciação do Poder Judiciário, tais como a regulação transnacional e requisito de acesso aos nomes de domínio, os regimes de responsabilidade civil de agentes de internet e de requerentes de nomes de domínio e o interesse público global relativo aos registros de nomes de domínio em perspectiva brasileira e comparada. A partir dos parâmetros encontrados na literatura, nas agendas de organizações internacionais e também na experiência de outras países, apresentamos elementos de análise relevantes para os embargos.

A publicação da peça em formato de paper está em linha com os objetivos do IRIS de divulgação e fortalecimento das discussões sobre os temas mais intrincados no contexto da internet e sociedade. Para tanto, apresentamos breve relato do caso e sua repercussão no direito brasileiro, além de delimitação dos fundamentos teóricos e jurídicos envolvidos no processo, sem inclusão das informações procedimentais para admissão como Amicus Curiae no EResp n. 1.695.778/RJ, que podem ser acompanhados pelo sistema do próprio STJ. Isso busca tornar mais acessível ao público em geral os elementos de uma discussão que, como abordaremos a seguir, pode ter efeitos para toda a sociedade brasileira.

No caso Carolina Ferraz/K1Estacionamento e NIC.br, observamos, justamente, que toda atividade adjudicatória por parte dos tribunais brasileiros deve ser pautada por rigorosa análise das dimensões interativas envolvendo sujeitos, objetos, eventos e processos. A realidade da Internet e suas projeções pública e privada constituem excelentes experimentos para a construção e renovação das bases jurisprudenciais e legislativas no campo do Direito das Novas Tecnologias. Assim, procuramos demonstrar a integração entre elementos técnicos e normativos e a especificidade das atividades relacionadas aos nomes de domínio e os limites da responsabilidade que devem ser compreendidos na decisão do caso.

Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2019.

Sumário

I.	Breve relato da controvérsia e sua repercussão no Direito Brasileiro	<u>6</u>
II.	Delimitação dos fundamentos teóricos e jurídicos para o ‘Amicus Curiae’	<u>10</u>
II.I.	Registros de nomes de domínio e a regulação transnacional	<u>11</u>
II.II.	Requisitos de acesso a nomes de domínio e solução de controvérsias	<u>14</u>
II.III.	Responsabilidade subjetiva dos requerentes de registros de nomes de domínio e proibição de congelamento, reserva ou censura pelas entidades de registro	<u>16</u>
II.IV.	Responsabilidade de agentes da Internet no Marco Civil brasileiro entre a desproporcionalidade e ilegalidade de controle dos usos e atividades de usuários pelo NIC.br	<u>19</u>
II.V.	Interesse público global dos registros de nomes de domínios atribuídos pelo NIC.br	<u>21</u>
III.	Conclusões e pedidos	<u>24</u>
IV.	Referências de pesquisa	<u>26</u>

I. BREVE RELATO DA CONTROVÉRSIA E SUA REPERCUSSÃO NO DIREITO BRASILEIRO

O caso originário, levado à apreciação do MM. Juízo de Direito da 28ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, refere-se à Ação de Obrigação de Fazer cumulada com Indenização por Danos Morais, em rito ordinário, ajuizada pela atriz e apresentadora brasileira **Carolina Ferraz** contra a **K1 Estacionamentos Ltda.** e o **NIC.Br.** Em suma, a Autora, ora Embargada, alegou ter sido vítima de condutas de terceiros que aproveitaram de sua figura pública e de seu nome artístico para obter vantagens indevidas, além da utilização de seu nome na internet sem autorização para fins de registro de nome de domínio requerido pela K1 Estacionamentos. A página de internet indicada pelo nome de domínio “www.carolinaferraz.com.br”, por sua vez, veicularia imagens pornográficas, o que fez com que a Autora acionasse os tribunais da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta da respeitável Sentença da MMA. Juíza de primeira instância que a K1 Estacionamentos seria titular de mais de 200 nomes de domínios na internet, tendo em vista “a facilidade de se registrar marcas e patentes [sic] no ambiente da internet”¹. Reconheceu-se ali que, além do registro de nome de domínio por parte da K1 considerado indevido, a empresa também teria vinculado imagens pornográficas ao site www.carolinaferraz.com.br, fato que comprovaria a má-fé da Ré K1 Estacionamentos. Quanto ao NIC.br, litisconsorte passivo na Ação, a decisão da MM. Juíza considerou que a entidade teria incorrido em conduta omissiva, por “permitir registro de nomes por fraudadores e negligenciar as reclamações a ele dirigidas” pela Autora e ora Embargada, a atriz Carolina Ferraz.

Na fundamentação da decisão, proferida em 28 de novembro de 2012, argumentou-se que o NIC.br teria “responsabilidade contratual”, devendo responder por eventuais prejuízos causados, assegurando-lhe o direito de regresso e que a entidade deveria “agir com dever de cautela” relativamente ao nome de atriz famosa no País, e que sua atividade “lhe impõe dever de cautela e vigilância”, a evitar danos a terceiros. A MM. Juíza reconheceu, conforme provas trazidas aos autos, que houve utilização do nome idêntico ao nome civil da atriz Carolina Ferraz para atribuição e registro do nome de domínio na internet sem sua autorização e que qualquer usuário a acessar o site encontraria conteúdo associado a material pornográfico.

Na parte dispositiva da sentença, a MM. Juíza determinou que o NIC.br transferisse o domínio “www.carolinaferraz.com.br” para a Autora, bem como imputou responsabilidade solidária objetiva às Rés K1 Estacionamentos e NIC.br quanto aos atos que resultaram em danos para a atriz Carolina Ferraz, em virtude - pelo que se pode extrair da redação da decisão prolatada e de sua fundamentação -, das atividades realizadas pelas Rés.

Ao apreciar o Recurso de Apelação² interposto pela K1 e NIC.br, o Tribunal de

1 Processo N. 2008-001.314865-0, *Maria Carolina Ferraz Anhalt Cohen/K1 Estacionamentos Ltda. e NIC.br*. Sentença de 28 de novembro de 2012.

2 “AÇÃO ORDINÁRIA. ALEGAÇÃO AUTURAL DE UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE SEU NOME ARTÍSTICO E VINCULAÇÃO DE SUA IMAGEM A CONTEÚDO PORNOGRÁFICO NA INTERNET. REGISTRO DE NOME DE DOMÍNIO. PRETENSÃO DE CONDENAÇÃO DOS DEMANDADOS EM OBRIGAÇÃO DE FAZER E PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO DE AMBOS OS RÉUS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM AFASTADA. APLICAÇÃO DA TEORIA DA ASSERÇÃO À HIPÓTESE. ADOÇÃO DO

Justiça do Estado do Rio de Janeiro reformou a sentença de primeiro grau, para afastar do NIC.br a condenação de pagamento de indenização por danos morais, mantendo apenas a determinação de que a entidade transferisse para a Autora o domínio sobre o qual trata a presente lide. Quanto à Ré K1 Estacionamentos, contudo, foi mantida a decisão de mérito apelada.

Extraí-se do referido acórdão que o TJ-RJ reconheceu a natureza do NIC.br não como órgão fiscalizador dos domínios que lhe competem, mas sim como mero registrador desses nomes de domínio e distribuidor de endereços de IP. Dessa forma, não caberia à Ré a obrigação de exame de regularidade e forma dos domínios por ela registrados, devendo o cancelamento de qualquer domínio ser requerido em consonância com a Resolução CGI.br/RES/2008/008/P (que regulamenta os procedimentos para registro de nomes de domínio). No caso em análise, portanto, o TJ-RJ entendeu que o cancelamento do domínio deveria ser objeto de ordem judicial, não sendo válida uma requisição dessa natureza por meio de notificação extrajudicial - como inicialmente procedeu a Autora.

Em sede de Embargos Infringentes, contudo, o TJ-RJ reformou o acórdão proferido no julgamento da Apelação, retomando para o NIC.br a responsabilidade solidária pela indenização por danos morais à Autora/Embargante³. Na decisão dos referidos

PRINCÍPIO *FIRST COME, FIRST SERVED*, SEGUNDO O QUAL, É ATRIBUÍDO O REGISTRO AO PRIMEIRO REQUERENTE QUE PREENCHER OS REQUISITOS, INDEPENDENTEMENTE DA ANÁLISE MAIS APROFUNDADA. LEGITIMIDADE DO ATO REGISTRAL, NO ENTANTO, QUE PODE SER CONTESTADA POR TERCEIROS QUE DEMONSTRAREM INTERESSE, A FIM DE IMPEDIR A ATRAÇÃO DE CONFUSÃO OU ASSOCIAÇÃO INDEVIDA. PROVA DOCUMENTAL QUE DEMONSTRA HAVER O 1º RÉU, K1 EMPREENDIMENTOS LTDA., PESSOA JURÍDICA QUE VEM A SER PROPRIETÁRIA DE CENTENAS DE NOMES DE DOMÍNIO COM DENOMINAÇÃO E CONTEÚDO PORNOGRÁFICOS. REALIZAÇÃO DO REGISTRO DO NOME ARTÍSTICO DA AUTORA, SEM SUA AUTORIZAÇÃO, SUGERINDO, DESSA FORMA, UM VÍNCULO INEXISTENTE ENTRE AMBAS. MÁ-FÉ E INTUITO DE INDUÇÃO DE TERCEIROS A ERRO EVIDENCIADOS. DANO MORAL CARACTERIZADO. *QUANTUM* RAZOAVELMENTE ARBITRADO. RESPONSABILIDADE DA 2º RÉ NÃO VISLUMBRADA. ENTIDADE QUE ATUA COMO MERA REGISTRADORA, NÃO EXERCENDO O EXAME DA REGULARIDADE DA ESCOLHA REALIZADA PELO REQUERENTE, TAMPOUCO DO CONTEÚDO EXIBIDO EM *SITE*. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, A DESAUTORIZAR A IMPOSIÇÃO DE REPARAÇÃO IMPOSTA PELO MAGISTRADO DE 1º GRAU, ESPECIALMENTE QUANDO O DOCUMENTO DE FLS. 113, DIRIGIDO A ENTIDADE DIVERSA DO 2º DEMANDADO, COM ATRIBUIÇÃO DISTINTA, PORQUANTO EMINENTEMENTE REGULAMENTAR, NENHUMA PROVIDÊNCIA REQUEREU, APENAS FORMULOU CONSULTA ACERCA DO PROCEDIMENTO ADEQUADO A ANULAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DO DOMÍNIO PARA O NOME DA DEMANDANTE. MANTIDA, TODAVIA, A DETERMINAÇÃO DO CANCELAMENTO DO REGISTRO EM RELAÇÃO À 2º RÉ, QUE SE AFIGURA MANDATÓRIA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS 1º, 5º, I, E 9º, III, DA RESOLUÇÃO CGI.BR/RES/2008/008/P. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSOS CONHECIDOS, PROVIDO EM PARTE O PRIMEIRO E DESPROVIDO O SEGUNDO.” BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Apelação Cível nº 0316405-55.2008.8.19.0001. Apelantes: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br) e K1 Estacionamento LTDA. Apelada: Maria Carolina Ferraz Anhalt Cohen. Relator: Desembargador Mauro Dickstein. Rio de Janeiro, RJ, 23 de maio de 2014. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, RJ.

3 “EMBARGOS INFRINGENTES - NOME DE DOMÍNIO - REGISTRO NA *INTERNET* - UTILIZAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE NOME DE ATRIZ - VINCULAÇÃO A IMAGENS PORNOGRÁFICAS - NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.BR) - INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DANO MORAL CONFIGURADO. O Comitê Gestor da Internet no Brasil foi instituído por Decreto e Portaria Interministerial. Este órgão governamental delegou ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br) as atividades de registro de nomes de domínio. Investido dessa delegação, o NIC.br passou a disponibilizar, com exclusividade, os meios eletrônicos para o registro de nomes de domínio. Trata-se atividade funcional assemelhada aos serviços prestados pelas concessionárias de serviço público, regidas pelas disposições do Código de Defesa do Consumidor. Tais serviços devem ser prestados em condições adequadas, pena de reparação dos danos causados ao consumidor, independentemente de existência de culpa, sendo considerado consumidor qualquer pessoa que experimente dano por decorrência da atividade de registro de informática. Aplicação da teoria do risco do empreendimento, cujo dano moral ocorre *in re ipsa*, resultante que é do próprio fato lesivo. Provimento dos embargos para reformar o acórdão e restabelecer a sentença.” BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Embargos Infringentes nº 0316405-55.2008.8.19.0001. Embargante: Maria Carolina Ferraz Anhalt Cohen. Embargado: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br). Relator: Desembargadora Flávia Romano de Rezende. Rio de Janeiro, RJ, 04 de fevereiro de 2015. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, RJ.

embargos, mais especificamente, entendeu-se que a atividade do NIC.br equipara-se aos serviços prestados por “concessionárias de serviço público”, tendo-se, portanto, optado por aplicar o Código de Defesa do Consumidor ao caso.

A orientação do TJ-RJ embasou-se na interpretação de que: (i) o NIC.br fosse responsabilizado pelo dano, independentemente de culpa (de acordo com o art. 14 do CDC); (ii) subsidiariamente, o NIC.br fosse objetivamente responsabilizado, devido ao **risco inerente do empreendimento realizado** (com base no art. 927 do Código Civil brasileiro⁴). Diante de nova decisão do TJ-RJ, as Rés interpuseram Embargos de Declaração, que foram também rejeitados pelo Tribunal.

Posteriormente, K1 Estacionamentos e NIC.br apresentaram Recurso Especial⁵ ao Superior Tribunal de Justiça, cuja decisão colegiada compõe o objeto último de análise, em especial em relação aos efeitos da decisão proferida para a Ré NIC.br. Em suas alegações recursais, o NIC.br, em síntese, buscou diferenciar sua atividade institucional daquelas que se enquadram no âmbito de aplicação do CDC. Alegou indevida sua comparação com uma empresa fornecedora de produto ou serviço, haja vista a aproximação do NIC.br a um órgão de registro, tal qual um cartório de registros imobiliários. Relatora Exma. Ministra Nancy Andrighi votou no sentido de dar provimento ao Recurso Especial, afastando do NIC.br a responsabilidade solidária pelos danos causados à Recorrida/Autora e mantendo-as como responsabilidade exclusiva da Ré K1 Estacionamentos.

O ponto central do voto foi a diferenciação dos serviços prestados pelo NIC.br de

4 “Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

5 “RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. INTERNET. REGISTRO DE NOME DE DOMÍNIO. NOME ARTÍSTICO DE RENOMADA ATRIZ BRASILEIRA. UTILIZAÇÃO INDEVIDA POR TERCEIRO. VEICULAÇÃO DE CONTEÚDO PORNOGRÁFICO. DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO EXECUTOR E ADMINISTRADOR DOS REGISTROS DE NOME DE DOMÍNIO SOB O PONTO BR. APLICAÇÃO DA TEORIA DO RISCO DA ATIVIDADE. “PARÁGRAFO ÚNICO” DO ART. 927 DO CÓDIGO CIVIL. 1. Controvérsia em torno da responsabilidade solidária do recorrente, Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.BR, pelos danos causados à honra e à imagem da recorrida, decorrentes do uso indevido de seus serviços de registro de nome de domínio na Internet. 2. Efetivação de registro de nome de domínio idêntico ao nome artístico da recorrida, solicitado por pessoa jurídica sem a devida autorização, veiculando neste endereço eletrônico conteúdo pornográfico. 3. Atividades de execução e administração dos registros de nomes de domínio sob o código-país brasileiro (".br") que foram atribuídas ao NIC.br por delegação do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br. 4. Adoção do sistema de precedência denominado "First Come, First Served", segundo o qual a titularidade e o uso do nome de domínio são concedidos ao primeiro usuário que realizar o requerimento de registro e preencher os requisitos previstos na Resolução 008/2008 do CGI.br. 5. Sistema de concessão de domínios que é potencialmente apto a gerar danos a elevado número de pessoas, pois possibilita constantes violações ao direito marcário, empresarial, autoral e à honra e à imagem de terceiros, ante a falta de um exame adequado sobre a registrabilidade do nome requerido. 6. Ausência de análise prévia pelo NIC.br acerca da conveniência e legítimo interesse sobre o nome de domínio escolhido, que é feita exclusivamente pelo usuário. 7. Riscos de um registro impróprio que devem ser alocados ao NIC.br por serem intrínsecos à sua atividade de controlador exclusivo dos registros de nome de domínio no Brasil sob o ".br", ensejando a sua responsabilidade civil objetiva e solidária pelos danos morais causados à recorrida. 8. Aplicação da teoria do risco da atividade estatuída no "parágrafo único" do art. 927 do Código Civil. 9. Recorrente que possui condições de mitigar os riscos de danos advindos da sua atividade de forma eficiente, providenciando filtragem em seu sistema com aptidão para controlar as vedações à escolha de nomes de domínio estabelecidas pelo próprio CGI.br, a fim de garantir padrões mínimos de idoneidade e autenticidade. 10. Inaplicabilidade da orientação jurisprudencial desta Corte acerca da necessidade de notificação prévia do provedor para retirada de conteúdo, uma vez que a disponibilização do nome de domínio na rede não é imediata. 11. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.” BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.695.778 - RJ. Recorrente: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br). Recorrida: Maria Carolina Alvares Ferraz. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Rio de Janeiro, RJ, 26 de março de 2019. Diário do Judiciário Eletrônico. Rio de Janeiro, RJ.

um serviço público, porque, segundo jurisprudência colacionada do Tribunal de Contas da União, não há lei que assim declare o serviço prestado pela Corré. Adicionalmente, a Exma. Ministra defendeu a **inaplicabilidade do CDC** ao NIC.br, por ser impossível classificar a entidade como “fornecedora” nos termos da referida legislação.

O voto majoritário na decisão colegiada, contudo, foi guiado pelo Exmo. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. O Ministro concordou com a Relatora quanto à inaplicabilidade do CDC na demanda, por não se configurar o NIC.br fornecedor de produto ou serviço. Argumentou, por outro lado, que a mera aplicação da **teoria do risco**, entabulada pelo art. 927 do Código Civil, seria suficiente para responsabilizar solidariamente o NIC.br pelos danos morais à Autora e negar integralmente provimento ao Recurso Especial interposto.

Mais especificamente, o Exmo. Ministro argumentou que seria não somente possível, como também necessário, que a entidade de registro de nomes de domínio realizasse uma **avaliação prévia da viabilidade** de aprovação de um pedido de registro de domínio. Isso porque, como se afirmou no Voto, o fato de que a disponibilização do domínio não ser imediata possibilita a fiscalização prévia do pedido, que deveria, portanto, ser realizada com relação a todos os pedidos de concessão de nomes de domínio registrados pela entidade.

Finalmente, contra a decisão colegiada por voto majoritário, foram interpostos, pelo NIC.br, os **Embargos de Divergência** sobre os quais apresenta-se a presente petição de admissão do IRIS como *Amicus Curiae* deste E. Tribunal.

Em sua fundamentação, a Embargante NIC.br discute a questão da legalidade - e mesmo da possibilidade fática - de se realizar um controle prévio dos inúmeros pedidos de concessão de nomes de domínio realizados diariamente. Sustenta que tal determinação judicial resultaria em **censura**. Isso porque a ocorrência de **controle prévio** impossibilitaria a devida vazão de registros de domínios, efetivamente cerceando o direito de milhares de pessoas à liberdade de expressão.. O NIC.br alegou também inconformidade da decisão embargada com diversas orientações na jurisprudência, já firmadas pelo Judiciário brasileiro, e pede novamente para que fosse reconhecida a **inexistência de responsabilidade solidária** na controvérsia sob análise. Ressalta a impossibilidade de realização de controle ou fiscalização prévios do conteúdo relativo aos domínios .br registrados pela entidade.

Como observado anteriormente, as matérias objeto da controvérsia têm inegável **repercussão pública** por tocar aspectos da regulação internacional, da aplicação da lei federal e regulamentos da internet. Refere-se ainda a importante domínio normativo da chamada **governança da infraestrutura de internet**. Como será examinado, a questão de fundo no litígio instaurado pela ação indenizatória ajuizada pela atriz Carolina Ferraz não poderia ser simplificada ou reduzida às categorias da responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil em relação à Embargante NIC.br. Trata-se de questão que concerne ao sistema de nomes de domínios - DNS- e sua relevância pública para a sociedade conectada.

II. DELIMITAÇÃO DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E JURÍDICOS PARA O ‘AMICUS CURIAE’.

Com o intuito de apresentar as **bases analíticas comparativas de modelos institucionais**, o IRIS fornece dados relevantes de algumas entidades registrantes e suas características em países que, ao lado do Brasil, apresentam intensa atividade na regulamentação da internet e uma comunidade digital de referência nos indicadores globais. O objetivo de análise, aqui oferecida, é subsidiar a compreensão deste E. Tribunal a respeito da relação entre a ICANN, os Estados, seus órgãos governamentais e as autoridades ou entidades registrantes e, na sequência, formular argumentos envolvendo a repercussão social da controvérsia: (i) requisitos de acesso ao registro de nomes de domínio pelo Registro.Br/NIC.br; (ii) responsabilidade das entidades relativamente à atribuição e gestão dos registros segundo o direito brasileiro; e (iii) a relevância pública dos sistemas de registro de nomes de domínio para estrutura e operação da internet e para os usuários e sociedade de modo mais amplo.

Primeiramente, é importante observar a este Egrégio Tribunal que os nomes de domínios apresentam **qualificação** ou **caracterização atípicas** no campo do direito privado (civil e comercial) e têm sido tratados igualmente a partir de suas interfaces com direitos de propriedade intelectual (autorais e propriedade industrial), concorrência desleal e direitos da personalidade (especificamente direitos ao nome e à imagem). Igualmente, por serem identificadores dentro da estrutura e funcionamento da internet e exclusivamente atribuídos uma única vez sob o mesmo domínio de topo, são considerados *bens escassos*. Devido à natureza e função econômica desses bens, litígios, conflitos ou disputas em matéria de nomes de domínio são absolutamente inevitáveis⁶.

A evolução do uso dos nomes de domínio, desde a emergência da internet para fins civis e comerciais na segunda metade da década de 1990, fez com que o DNS passasse a ser associado não apenas ao desenvolvimento das atividades econômicas de agentes no comércio eletrônico (e mais amplamente na economia digital), em que nomes de domínios podem assumir características de sinais distintivos dessas atividades. Nomes de domínio também identificam atividades políticas e administrativas de governos e suas estruturas burocráticas, e pessoas físicas, sobretudo para uso individual, divulgação de blogs, repertórios de notícias e bases de conhecimento (e.g. uso no ambiente científico, acadêmico, educacional etc.).

A doutrina costuma sustentar que nomes de domínios sejam equiparados a nomes de estabelecimentos, tutelados segundo o regime jurídico do direito de empresas e da propriedade intelectual (e.g. prática de uso de nome de domínio segundo a imitação ou reprodução de outro devidamente registrado em um país, suscetível de embasar ação de responsabilidade civil e penal de infrator/violador ou de violação de normas de concorrência desleal)⁷.

Essas reduções ou simplificações do ponto de vista dogmático, contudo, servem apenas para formulação inicial de categorias analíticas por parte dos legisladores e

6 Cf. Sobre o tema, ver MOURA VICENTE, Dário. Problemática internacional dos nomes de domínio. In: *Direito Internacional Privado: Ensaios*. Vol. 1. Coimbra: Almedina, 2002, p.,167 ss.

7 Cf., por exemplo, SILVEIRA, Newton. Conflito entre marca, nome empresarial, título de estabelecimento e nome de domínio. In: *Revista da Escola da Magistratura Regional Federal 2. região - EMARF*. Rio de Janeiro. vol.24. n.1. 2016, p.319 ss; MOURA VICENTE, Dário. Problemática internacional dos nomes de domínio. Cit., p.,169.

tribunais. Parece ser indispensável, antes, uma compreensão mais precisa sobre as interações sociais e relações jurídicas estruturadas nos ambientes da internet. Como será examinado, o sistema de nomes de domínios, seu campo regulatório e mecanismos de registros constituem elementos em intenso desenvolvimento e transformações no amplo terreno da **Governança da Internet**, seus aspectos jurisdicionais e políticos.

Caso seja admitido como Amicus Curiae desta Egrégia Corte, o IRIS objetiva refinar tanto o debate teórico como a argumentação jurídica em torno da repercussão pública e social da resolução da controvérsia no caso *Carolina Ferraz/K1 Estacionamento e NIC.br*, observando, justamente, que toda atividade adjudicatória por parte dos tribunais brasileiros deve ser pautada por rigorosa **análise das dimensões interativas** envolvendo **sujeitos, objetos, eventos e processos**. A realidade da Internet e suas projeções pública e privada constituem excelentes experimentos para a construção e renovação das bases jurisprudenciais e legislativas no campo do Direito das Novas Tecnologias.

II.I. Registros de nomes de domínio e a regulação transnacional

Como já discutido no processo principal, a Embargante NIC.Br, por meio de seu departamento **Registro.br**, desempenha atualmente as atribuições de registros de nomes de domínio no Brasil, sucedendo as antigas atribuições da FAPESP entre 1996 e 2005, período que pode ser considerado como fase de inceptão da internet para fins civis e comerciais no País. Em 2005, o NIC.br passou a concentrar funções de gestão das atividades de execução de registro de nomes de domínio sob o .br, a distribuição de endereços IPv4 e IPv6 e alocação de números de Sistemas Autônomos (ASN)⁸. Nesse sentido, especificamente, o NIC.br é ator relevante para o regime mais amplo da **governança da internet**, especialmente no **segmento de infraestrutura**⁹.

Primeiramente, importante destacar que as atividades envolvendo registro de nomes de domínio pelo NIC.Br no Brasil não podem ser consideradas simples modalidades ou parte de serviços prestados a consumidores individuais ou clientes corporativos ou governamentais. Dificilmente seria possível reduzi-las a atividades inerentes a cartórios de registros de pessoas físicas, pessoas jurídicas, notas ou imóveis. Tendo em vista a estrutura e as funções da entidade (que é o braço executivo do Comitê Gestor da Internet), a atribuição central do NIC.Br/Registro.Br é a de promover a execução do registro de Nomes de Domínio, a alocação de Endereço IP (Internet Protocol) e administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível (ccTLD - country code Top Level Domain), “.br”, “**no interesse do desenvolvimento da Internet no País**” (Art. 1. Inciso II, c/c Art. 10 do Decreto nº 4.829, de 3 de setembro de 2003) (grifos nossos).

Segundo suas atividades, tarefas e funções, organizadas segundo o “interesse do desenvolvimento da Internet no Brasil”, em linha com o disposto no Decreto 4.829/2003, o NIC.br/Registro.br não poderia ser equiparado a empresário ou qualquer

8 Sobre isso, ver: <https://nic.br/historia/>

9 A esse respeito, cf. KURBALIJA, Jovan. *Uma introdução à governança da internet*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016, esp. p.15. Disponível em: <https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernoCGIbr_Uma_Introducao_a_Governanca_da_Internet.pdf> "A governança da Internet pode ser vista como o conjunto de atividades desenvolvidas por uma complexa teia de agentes (privados e públicos, nacionais e internacionais) de gerência e coordenação de recursos, processos, conteúdos, aplicativos e sistemas relacionados. Como conceito formal, a governança da Internet surgiu dos debates da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS/CMSI). A expressão busca abranger toda a Internet, e não só o relativamente diminuto pedaço público da rede".

outra forma organização coletiva para fins de indústria, comércio ou serviços, como tais considerados no centro de atividades econômicas corriqueiras alcançadas pelo regime do direito empresarial e direito do consumidor. A natureza das atividades desenvolvidas pelo NIC.Br é de interesse da coletividade, no sentido de permitir a operação na internet de domínio de primeiro nível destinado internacionalmente ao Brasil: o “.br”, e execução dos registros de nomes de domínio¹⁰. Da mesma forma, o **Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 2014)**, em seu **Art. 5o., inciso IV**, reconhece essas atividades como implicadas no regime jurídico do uso da Internet no Brasil, ao referir-se a “registro e distribuição de endereços IP geograficamente referentes ao País”, estando claramente posicionadas entre aquelas desempenhadas por agentes intermediários de internet.

Do ponto de vista do **direito internacional**, não existem tratados ou convenções regulamentando proteção dos nomes de domínio e seus regimes de registros, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com as patentes, as marcas e os desenhos industriais segundo o regime da **Convenção de Paris de 1883 sobre Proteção da Propriedade Industrial** (Decreto n. 75.572/1975) e leis nacionais. No caso dos nomes de domínios, a **Corporação de Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN)**, criada em 1998, constituiu-se como organização não-governamental, com atuação internacional envolvendo atores estatais e não estatais. Sua missão central é a coordenação da infraestrutura da internet, centrada em princípios de segurança, estabilidade e interoperabilidade¹¹.

Importante enfatizar que a ICANN ou entidades de registros de nomes de domínio nos diferentes países **não controlam conteúdos disponíveis na Internet e que são produzidos, armazenados ou veiculados** mediante sites ou páginas de internet às quais um nome de domínio é atribuído a usuários pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito público interno ou externo (e.g. entes de federação, governos, organizações internacionais) ou de direito privado ou empresas, fundações e organizações não governamentais). A utilização ou destinação do nome de domínio é atribuída exclusivamente ao titular registrante.

A ICANN e entidades nacionais de registro de nomes de domínio não controlam o fluxo de correio eletrônico comercial não solicitado (a exemplo do spam) ou destinado a furto de dados pessoais e outras informações (phishing). A ICANN e entidades nacionais de registros de nomes de domínio também não se destinam a regular questões relativas ao acesso à internet¹².

Como observado anteriormente, os nomes de domínios são identificadores dentro da estrutura e funcionamento da internet e exclusivamente atribuídos uma única vez sob o mesmo domínio de topo. Pelo caráter de bens escassos, eles naturalmente

10 Ainda sobre os nomes de domínio como recursos críticos e interesse público no registro pelas entidades nacionais, ver item III.5 infra.

11 Conforme descrição da própria organização, "A ICANN é constituída por vários grupos diferentes, cada qual representando um interesse diferente na Internet, e que, no seu conjunto, contribuem para todas as decisões finais tomadas pela organização. Existem três “organizações de apoio” que representam: As organizações responsáveis pelos endereços IP; As organizações responsáveis pelos nomes de domínio; as entidades responsáveis pelos domínios de topo com código de país. Existem quatro “comissões consultivas” que facultam aconselhamento e recomendações à ICANN. Elas representam: Governos e organizações de tratados internacionais; operadores dos servidores de raiz; entidades responsáveis pela segurança na Internet; e comunidade em geral que inclui o conjunto dos usuários da Internet". A esse respeito, ver informações em: <<https://www.icann.org/resources/pages/what-2012-02-25-pt>>

12 Idem.

envolvem conflitos e disputas a respeito de sua exploração, utilização e destinação.

O modelo inicial de **resolução de litígios em matéria de nomes de domínios** foi também estruturado pela ICANN com a adoção das regras da *Política Uniforme de Resolução de Litígios sobre Nomes de Domínios* em 1999. Do ponto de vista normativo, a Política Uniforme (ou UDRP, sigla em inglês) é adotada por entidades acreditadas ou credenciadas para registro dos nomes de domínio terminados em .com, .net, e .org, de um certo número de novos gTLDs, tais como .biz, .info e .name e outras entidades correspondentes aos registros de topo nos países. As normas do UDRP são incorporadas nos acordos ou contratos relativos ao registro dos nomes de domínios, celebrados entre os titulares dos nomes e as entidades que procederam ao registro e passam a integrar as práticas e usos dos nomes de domínio na Internet¹³. No Brasil, centros de arbitragem e mediação também se especializam na resolução de litígios envolvendo nomes de domínio, como é o caso do Comitê de Controvérsias sobre Registro de Domínio (CCRD) do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (CAM-CCBC)¹⁴.

Com efeito, a regulamentação dos nomes de domínios entre os Estados Membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (“OMPI”) e Organização Mundial do Comércio (“OMC”), das quais o Brasil é parte, tem sido elaborada e produzida por instrumentos normativos não vinculantes (‘soft law’), a exemplo das **Recomendações da OMPI sobre Políticas de Resolução de Disputas em Nomes de Domínios**¹⁵. Membros da ONU e OMPI, como é o caso do Brasil, estão também associados à ICANN para a regulamentação dos nomes de domínios, que se desdobra não apenas a aspectos materiais e procedimentais (e.g. registros, processamento de ordens de cancelamento, processos de transferência), mas também aspectos concernentes à estrutura e funcionamento da Internet e formam parte da chamada **governança de infraestrutura**¹⁶.

A análise comparativa institucional é método relevante para compreender como as entidades nacionais de atribuição e registros de nomes de domínios estão associadas à ICANN, por força, igualmente de **acordos** celebrados entre a ICANN e entidades nacionais criadas e/ou estabelecidas sob **leis e regulamentos dos Estados**, como é o caso do Brasil (cf. Decreto nº 4.829/2003). Importante destacar aqui que não se trata de prevalência de normas de origem costumeira (usos e práticas) ou contratual sobre normas legais. Ao contrário, trata-se de caso evidente de entrosamento do direito doméstico com normas internacionais de origem não-estatal (recomendações,

13 Sobre essa abordagem, ver ainda VICENTE, Dário. Problemática internacional dos nomes de domínio. Cit., p.,174. De acordo com a Cláusula Quarta da UDRP, a pessoa interessada em registrar ou detentora do registro de um domínio fica obrigada a se submeter a procedimento administrativo compulsório caso um terceiro alegue (i) que o domínio registrado é idêntico ou "confusamente similar" a uma marca sobre a qual o terceiro tem direitos, (ii) que o requerente do registro do domínio não tem direitos ou interesses legítimos sobre o domínio, ou (iii) que o domínio foi registrado e vem sendo utilizado de má-fé. Ao requerer o registro de um domínio genérico ou de um domínio de um dos países que se submetem à UDRP, o requerente do registro declara sua expressa concordância com todos os termos da UDRP e, dessa forma, ficará sujeito ao procedimento em questão, a ser conduzido por centros de resolução de litígios listados e aprovados pela ICANN (<https://www.icann.org/resources/pages/providers-6d-2012-02-25-en>).

14 O Comitê dispõe de um conjunto de regras, aprovadas pelo NIC.br, para solucionar eventuais conflitos entre titulares de nomes de domínio no Brasil, terminados em “.br”, e qualquer outra parte que conteste a legitimidade do registro da denominação. O CCRD é formado por pessoas especializadas, com formação jurídica, e os conflitos são decididos por um Órgão de Decisão, composto por três integrantes do Comitê, escolhidos pelas partes litigantes. A partir de um prazo de 15 dias após a decisão ser comunicada, o NIC.br deve implementá-la.

15 <https://www.wipo.int/amc/pt/domains/gtld/udrp/index.html>

16 cf. KURBALIJA, Jovan. *Uma introdução à governança da internet*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016, pp.13; 64 e ss.

diretrizes, códigos de conduta, princípios emanados de organizações governamentais e não-governamentais) por meio de mecanismos de internalização, transposição e/ou incorporação por meio de leis e regulamentos estatais.

Isso significa que Estados, seus órgãos governamentais, agências e legisladores, no exercício das jurisdições prescritiva/regulatória/legislativa e executiva (todas decorrentes da soberania) recorrem sistematicamente a essas técnicas, muito corriqueiras em várias áreas de política normativa. Entre elas destacam-se direito tributário (e.g. leis-modelo e recomendações da OCDE resultantes em leis, regulamentos, portarias de direito interno), direito ambiental, direitos humanos, direito anticorrupção e direito do comércio internacional. O direito de internet também é uma dessas áreas.

São mecanismos que coexistem com aqueles formais-procedimentais de incorporação de tratados e convenções ratificados por um Estado (a exemplo da prática brasileira segundo os artigos 49, I, e 84, VIII, da Constituição da República)¹⁷. A observância desses instrumentos inspira-se na cooperação entre diferentes atores com a finalidade de harmonizar o cenário regulatório global em diversos regimes normativos, cada vez mais dinâmicos. Também refletem um esforço de confiança mútua e de reputação, fundamentais para o Brasil no plano internacional. A Constituição da República, em seu Art. 4º, estabelece, dentre vários princípios, que a cooperação e solução pacífica de controvérsias devem reger as relações internacionais do Estado brasileiro. Elas se expressam na participação do Brasil em múltiplos níveis, como nas organizações internacionais, conferências diplomáticas, redes de cooperação formais e informais, foros multilaterais e regionais e diálogos. O campo político-regulatório da Internet encontra-se em todos esses diferentes eixos.

II.II. Requisitos de acesso a nomes de domínio e solução de controvérsias

Disputas relativas a nomes de domínio, na experiência internacional, podem ser verificadas nos processos conduzidos pelo **Centro de Arbitragem e Mediação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual** (da qual é parte o Brasil). Os processos relativos a nomes de domínio entre Membros da OMPI tendem a suscitar conflitos para além do campo da propriedade intelectual e apresentam importantes parâmetros para a construção de soluções.

De acordo com a OMPI e seu Centro de Arbitragem e Mediação, não há qualquer orientação ou consenso na comunidade de internet que permita entidades registrantes, como é o caso do NIC.br/Registro.Br, de filtrar ou pré-selecionar pedidos de registros de nomes considerados problemáticos ou sensíveis. Segundo a Organização, as razões seriam variadas, como a necessidade de estimular comércio e modelos de negócios e as dificuldades em torno da determinação da titularidade de direitos sobre um nome e do exercício da liberdade de expressão¹⁸.

Ainda de acordo com a OMPI, o valor de nomes de domínios na internet levou à

17 A esse respeito, cf. POLIDO, Fabrício. *Direito internacional privado nas fronteiras do trabalho e tecnologias: Ensaio e narrativas na era digital*. 1.ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2018, p.25 ss.

18 <https://www.wipo.int/amc/en/center/faq/domains.html#5> (Tradução livre e adaptado do original: "There is no agreement within the Internet community that would allow organizations that register domain names to pre-screen the filing of potentially problematic names. The reasons vary, ranging from allowing easy registrations to stimulate business, to the practical difficulties involved in determining who holds the rights to a name, to the principle of freedom of expression").

intensificação da prática de apropriação injustificada de nomes para fins de **registros oportunistas ou especulativos** (**‘cybersquatting’**) direcionados à violação de direitos de propriedade intelectual, especificamente direitos de marcas de produtos e de serviços de titularidade de terceiros¹⁹. O mesmo fenômeno é observado por Kurbalija quanto à relevância dos mecanismos de resolução de controvérsias para a gestão dos sistemas de nomes de domínio em confronto com direitos de propriedade intelectual:

“Uma parte importante da gestão do DNS é a proteção de marcas registradas e a resolução de litígios. O princípio “quem chegar primeiro é atendido primeiro” da alocação do nome de domínio adotado no início da Internet desencadeou o fenômeno conhecido como ciberespeculação, a prática de registrar nomes de domínio que poderiam ser revendidos mais tarde. As Políticas para Resolução Uniforme de Litígios sobre Nomes de Domínios (UDRP - Uniform Dispute Resolution Policy), desenvolvidas pela ICANN e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), contribuíram com mecanismos que reduziram significativamente a ciberespeculação”²⁰.

A noção de ‘cybersquatting’ é ampla o suficiente para compreender atos ou condutas incorridas por indivíduos ou empresas resultantes em registros especulativos ou oportunistas de nomes de domínios considerando-se a má-fé da parte registrante. Segundo a OMPI, a prática estaria adstrita ao conflito positivo com o direito de marcas e violação dos direitos de marcas de terceiros e não deveria ser estendida para outros campos²¹.

A literatura especializada, igualmente, aponta para as dificuldades regulatórias em matéria de nomes de domínios nas esferas doméstica e internacional, o que sugere um campo ainda a ser uniformizado do ponto de vista normativo, por convenções, tratados e leis e regulamentos nacionais²². Como visto, a ICANN e entidades de registro nos países ainda dispõem de uma certa margem de autonomia para organizar relações jurídicas em torno da atribuição e registros de nomes de domínio e estabelecer obrigações contratuais que apoiem a aplicação de leis da internet regulando infraestrutura e conteúdo²³. Trata-se de um modelo recente de regulação, que busca se adaptar às demandas contemporâneas, mais dinâmicas e complexas do que os arranjos tradicionalmente delimitados para demandas transnacionais.

Conflitos potenciais entre pretensões subjetivas envolvendo registro de nomes

19 Idem. Entre nós, ver SANTOS, Adriana *et al.* A prática do cybersquatting no Brasil. In: *Revista dos Tribunais*. v.107. n.989. 2018, p.225 ss.

20 KURBALIJA, Jovan. *Uma introdução à governança da internet*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016, p.62. Disponível em: https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernoCGIbr_Uma_Introducao_a_Governanca_da_Internet.pdf. Acesso em 08 de nov. de 2019.

21 Tradução livre do original: "There is evidence that this practice (cybersquatting) extends to the abuse of intellectual property rights other than trademarks and service marks, but we consider that it is premature to extend the notion of abusive registration beyond the violation of trademarks and service marks at this stage. After experience has been gained with the operation of the administrative procedure and time has allowed for an assessment of its efficacy and of the problems, if any, which remain outstanding, the question of extending the notion of abusive registration to other intellectual property rights can always be re-visited" (cf. WIPO, *Internet Domain Name Process*. Final Report, April 30, 1999, item 168): <https://www.wipo.int/amc/en/processes/process1/report/index.html>).

22 Cf., por exemplo, LITTLE, Brent A.; PRESTON, Cheryl B. ICANN Can: Contracts and Porn Sites-Choosing to Play Internet Ball in American Cyberspace. In: *Global Bus. & Dev. LJ*, vol. 21, 2008, p.79 ss.

23 Idem, p.79-80

de domínio e outros direitos, como em propriedade intelectual ou direitos de personalidade (como parece ter sido o exemplo reafirmado pelas decisões analisadas na controvérsia subjacente no caso *Carolina Ferraz/K1 e NIC.br*, decorrem do sistema DNS, pilar constitutivo da infraestrutura da internet. No entanto, eles dependem de dois elementos, a saber, a **escassez dos domínios** e das **condições ou requisitos de acesso aos nomes de domínios**.

Com efeito, de acordo com a Resolução CGI.br 2008/008/P, que dispõe sobre procedimentos para registro de nomes de domínio no Brasil, e já exaustivamente debatido nas manifestações e peças trazidas aos autos dos Embargos, os requisitos de acesso ao registro se satisfazem segundo um princípio que também regula aspectos de registros de marcas, patentes e desenhos industriais perante o INPI, a saber, o **princípio da anterioridade**. (“first to come, first serve”). O primeiro requerente (ou no caso de direitos de PI, depositante) tem prioridade aquisitiva sobre o registro e que somente pode ser contestada no bojo dos processos administrativos e judicial.

No caso dos **nomes de domínios**, os pedidos de registro – tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, desde que legalmente representadas ou estabelecidas no País – são processados pelo Registro.Br. As solicitações são estabelecidas dentro de uma **fila de pedidos**, na qual a ordem é garantida pela atribuição de um **número sequencial** (“ticket”). Ou seja, o nome de domínio é concedido ao primeiro que solicitar e satisfizer os requisitos da Resolução CGI.br/RES/2008/008/P, de 28 de novembro de 2008. Mais uma vez, destaca-se que a Resolução 2008/008 não estabelece uma obrigação de controle prévio sobre os nomes suscetíveis de atribuição, o que faz diferenciar-se da possibilidade de análise casuística em caso de conflito ou litígio submetido aos tribunais brasileiros ou a entidades de arbitragem e mediação por parte de terceiros cujos direitos tenham sido violados. A violação de direitos, pois, pode ser apreciada mediante **controle judicial** (por força da vigência do Art.5º, inciso XXXV da CF/88) ou por **mecanismos extrajudiciais de solução de disputas**. Não caberia à entidade de registro estabelecer medida de controle prévio ou posterior e que resultaria em ilegalidades.

II.III. Responsabilidade subjetiva dos requerentes de registros de nomes de domínio e proibição de congelamento, reserva ou censura pelas entidades de registro

A Resolução CGI 2008/008, amparada segundo a normatividade do Decreto nº 4.829/2003, que cria o Comitê Gestor da Internet, prevê a **obrigação** e a **responsabilidade exclusiva do requerente do registro** em proceder à “escolha adequada do nome do domínio a que ele se candidata”²⁴ e que o requerente se declara ciente de não ter selecionado nome que: (a) viole legislação em vigor; (b) induza terceiros a erro; (c) viole direitos de terceiros; (d) represente conceitos predefinidos na rede Internet; (e) represente palavras de baixo calão ou abusivas; (f) simbolize siglas de Estados, Ministérios; ou (g) que incida em outras vedações que porventura venham a ser definidas pelo CGI.br.

Esses elementos, contudo, não dizem respeito à qualquer modalidade de obrigação, por parte do NIC.br/Registro.Br, de estabelecer controle formal e material dos nomes levados a registro. Isso porque a adequação da escolha e sua compatibilidade com a lei devem ser feitas pelo registrante. As obrigações para o registrante resultam da lei e

24 Parágrafo único do Art. 1º da Resolução 2008/008 do Comitê Gestor da Internet.

também do contrato celebrado com a entidade de registro.

O Art. 5º da Resolução, por sua vez, faz expressa menção sobre a **individualização da responsabilidade do titular do domínio**, uma vez conferido o registro, sobre quaisquer atos relativos à utilização e conteúdo existente na página de internet.

Art. 5º - É da inteira responsabilidade do titular do domínio:

I. O nome escolhido para registro, sua utilização e eventual conteúdo existente em páginas referidas por esse domínio, eximindo expressamente o CGI.br e o NIC.br de quaisquer responsabilidades por danos decorrentes desses atos e passando o titular do nome de domínio a responder pelas ações judiciais ou extrajudiciais decorrentes de violação de direitos ou de prejuízos causados a outrem;

II. A eventual criação e o gerenciamento de novas divisões e subdomínios sob o nome de domínio registrado;

III. Fornecer ao NIC.br dados verídicos e completos, e mantê-los atualizados;

IV. Atender à solicitação de atualização de dados ou apresentação de documentos feita pelo NIC.br, quando for o caso;

V. Manter os servidores DNS funcionando corretamente;

VI. Pagar tempestivamente o valor correspondente à manutenção periódica do nome de domínio.

No caso da controvérsia veiculada pelos **EREsp 1695778**, e segundo o alcance do Art. 5º da Resolução CGI 2008/008, especialmente seu inciso I, seria possível observar que a determinação judicial, diante da natureza das relações jurídicas subjacentes ao registro do nome de domínio “www.carolinaferraz.com.br”, estivesse exclusivamente adstrita à parte requerente do registro e que dele fez uso ilícito subsequente.

Segundo a decisão do tribunal de origem, as condutas da Ré K1 Estacionamentos duplamente teriam violado a lei federal quanto ao uso injustificado de nome e da imagem da Embargada, aqui residindo o potencial conflitivo do registro. Com efeito, o conflito factual decorre muito mais do alcance normativo dos direitos de personalidade da atriz Carolina Ferraz, opostos em relação ao uso de seu nome civil pela K1 Estacionamentos, bem como pela subsequente associação do domínio “carolinaferraz.com.br” à pornografia e falso endosso da imagem da atriz quanto ao conteúdo armazenado ou divulgado na página de internet a que se titularizou a K1, então requerente do registro do domínio disputado. Igualmente, a imputação da responsabilidade subjetiva da Ré K1 Estacionamentos resulta das normas de regência dos registros de nomes de domínio no direito brasileiro, em particular dos dispositivos da Resolução CGI 2008/008, editada com lastro no Decreto nº 4.829/2003, além, é claro, da Constituição e do Código Civil.

No presente caso, contudo, devem-se reafirmar a interpretação e a aplicação sistemáticas do Art. 1º, parágrafo único, e 5º, I, da Resolução CGI 2008/008,

especificamente quanto à obrigação e responsabilidade de uma requerente de nome de domínio perante o NIC.br/Registro.Br de não (i) violar legislação em vigor; (ii) induzir terceiros a erro; e (iii) violar direitos de terceiros.

A obrigação legal da requerente originária do domínio disputado, a K1 Estacionamentos, não poderia servir de “arraste” do NIC.br para imputação de responsabilidade objetiva ou responsabilidade civil subjetiva solidária: primeiramente em função da relação jurídica autônoma estabelecida entre o NIC.Br e a então requerente do domínio “carolinaferraz.com.br” e Ré na ação principal (a K1 Estacionamentos); em segundo lugar, em virtude da expressa individualização da responsabilidade pelo ato do registro, derivada da escolha feita pela requerente, a seu critério, e que somente poderia ser apreciada mediante controle judicial (por via judicial para tutela jurisdicional individual) ou extrajudicialmente, a exemplo da submissão de conflitos envolvendo nomes de domínio aos mecanismos de resolução de disputas gerenciados por entidades de arbitragem e mediação, como é o caso da CAM-OMPI ou CAM-CCBC. E, finalmente, pela inadequação e ilegalidade da decisão recorrida, sobretudo por invocar normas consumeristas para criar espécie de responsabilidade objetiva a ser imputada ao NIC.br/Registro.Br, como se dita responsabilidade pudesse justificar ou embasar espécie de obrigação de “controle material prévio” (*ex ante*) de nomes de domínio para a entidade brasileira.

Como observado, o controle prévio levaria ao congelamento, censura e/ou indisponibilidade sistemática de nomes de domínio na internet, os quais, pela própria escassez, estão submetidos a regime de concorrência; e esse regime é essencial para o adequado funcionamento da rede. Como poderia, unilateral e seletivamente, uma entidade de registro bloquear ou “reservar” nomes de domínio para certos indivíduos ou empresas? Não parece ser a resposta adequada, ainda que a Embargada seja renomada atriz e represente papéis importantes para a cultura brasileira, na televisão, cinema e no teatro.

Pois bem, as normas existentes no direito brasileiro para imputação de responsabilidade de agentes de internet em matéria de nomes de domínio encontram respaldo na experiência de outros sistemas jurídicos. Na França, os tribunais, por exemplo, já em 2012²⁵ estabeleceram que as instituições de registro não são responsáveis por controlar os nomes de domínio nem devem responder por deixar de congelar ou reservar opções de registro. É importante notar que, assim como nas questões enfrentadas por este E. Tribunal no caso *Carolina Ferraz vs. K1 e NIC.br*, os tribunais franceses analisaram a questão de saber se existiria obrigação de a entidade de registro monitorar ou não possível lesão a direitos com a atribuição ou concessão de nomes de domínio.

A Corte de Apelação de Paris decidiu de modo definitivo que a entidade responsável pelo registro dos domínios sob o “.FR” (a AFNIC²⁶) não possui a obrigação legal de monitorar ou bloquear o registro de domínios, nem pode ser responsabilizado por eventual lesão a direito de terceiros. Ressalta-se que a decisão optou pela inimputabilidade dos registros de domínio pelo conteúdo, desobrigando o AFNIC também em relação a marcas famosas e formalmente protegidas sob o regime

25 FRANÇA. *Air France et autres vs. Afnic, EuroDNS*. Court d’Apeel de Paris. 2012. Disponível em: <https://www.legalis.net/jurisprudences/cour-dappel-de-paris-pole-5-chambre-2-arret-du-19-octobre-2012/>. Acesso em de nov. de 2019.

26 Association française pour le nommage Internet en coopération (AFNIC): <https://www.afnic.fr>

de propriedade intelectual. O Tribunal de Apelação de Paris proferiu sua decisão com base na lei francesa, que estabelece que intermediários não são autorizados a congelar, bloquear ou remover um nome de domínio sem uma decisão judicial ou outro mecanismo formal de resolução de controvérsias. O caso teve repercussões importantes para o funcionamento saudável da atribuição do domínio “.fr”, de modo a afastar uma obrigação de censura prévia sobre os nomes de domínio. Além disso, a decisão foi reconhecida por definir a França como uma jurisdição amigável para o registro de nomes de domínio, o que coloca o país em vantagem no quadro da economia global da informação²⁷.

II.IV. Responsabilidade de agentes da Internet no Marco Civil brasileiro entre a desproporcionalidade e ilegalidade de controle dos usos e atividades de usuários pelo NIC.br

Ao efetuar um registro de nome de domínio, o controle realizado pelo NIC.Br é no sentido de assegurar o respeito às garantias e deveres legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro e o alcance jurisdicional das autoridades brasileiras sobre quem realiza o pedido de registro. Por isso, o requerente, conforme o Art. 4º da Resolução CGI 2007/031, deve fornecer número de documento de identidade registrado no Brasil (CPF ou CNPJ), bem como dados de contato. Ainda, somente é permitida a requisição de registro de domínio .br por empresas estrangeiras que tenham procurador legalmente estabelecido no país, segundo o art. 6º da Resolução CGI 2008/008. Isso garante que ações possam ser adotadas perante o poder judiciário brasileiro por pessoas que tenham seus direitos violados por quem registra um domínio .br, para, quando cabível, fazer que cessem as violações, seja por remoção de conteúdo impróprio, seja por indisponibilização do nome de domínio, além de receber compensação por eventuais danos.

Quando um nome de domínio é cancelado, é previsto procedimento para sua liberação, em que uma lista dos nomes em processo de liberação é divulgada para que interessados se candidatem a registrá-los, segundo a Resolução CGI 2017/031, que alterou os arts. 10 e 11 da Resolução 2008/008. Na ocasião de mais de um interessado se candidatar, é realizada uma fase complementar estruturada, na qual será solucionado o empate ou serão definidos critérios para que o nome de domínio não seja registrável ou disponibilizado novamente. Este procedimento permite a discussão sobre a registrabilidade de um nome de domínio perante o NIC.br de forma a evitar a recorrência de violações por meio de fraudes ou indução a erro cometidas por terceiros.

Como os procedimentos adotados já oferecem resposta a eventuais danos causados por terceiros por meio do registro de um domínio, alocando a responsabilidade conforme a legislação vigente, não seria viável e nem desejável que o NIC.br realizasse de ofício esse controle para cada novo nome de domínio a ser registrado. Essa situação envolveria controle prévio de conteúdo com análise caso a caso potencialmente inviabilizadora dos serviços realizados pelo Registro.br, além de conceder dever de controle prévio de conteúdo a uma entidade não-governamental, potencialmente caracterizando censura.

27 TAYLOR, SEAGER, SORAYA. *Registry and registrar not liable for infringing domain names*. 2012. Disponível em: <https://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=e2874317-a0b1-4485-b4d7-84a82333cab8>. Acesso em 14 de nov. de 2019. Assim como o Registro.Br dispõe de mecanismo de busca prévia de nomes de domínio registrados, a AFNIC francesa também oferece a ferramenta de busca de disponibilidade. Ver: <https://www.afnic.fr/fr/votre-nom-de-domaine/comment-choisir-et-creer-mon-nom-de-domaine/recherche-de-disponibilite/>

E duas razões complementares entre si sustentam esses argumentos. A primeira diz respeito à existência de **elevado número de pedidos** que são realizados diariamente por usuários pessoas naturais e pessoas jurídicas e processados por intermédio de plataforma diretamente acessível aos requerentes, tendo superado recentemente os 4 milhões de domínios registrados²⁸. O segundo refere-se à existência de **mecanismo de busca prévia ou disponibilidade** para os usuários, e que atende, igualmente, a objetivos de transparência e publicidade sobre os nomes disponíveis e indisponíveis dentro da atribuição do domínio .br no caso brasileiro por parte do NIC.br/Registro.Br²⁹.

Por fim, essa modalidade de controle no Brasil representaria ilegalidade manifesta, sobretudo pelo potencial de grave ofensa a garantias individuais, como a **liberdade de expressão**, e dos **princípios da presunção de inocência** e/ou de **presunção da licitude das atividades civil, política, econômica, cultural, social e religiosa** daqueles que solicitam os nomes de domínios ao NIC.br. A entidade não poderia passar a censora dos usos e atividades de requerentes usuários dos nomes de domínios no Brasil.

Como observado anteriormente, a interpretação e a aplicação sistemáticas do Art. 1º, parágrafo único, e 5º, I, da Resolução CGI 2008/008, estabelecem a obrigação de uma requerente de nome de domínio, de não (i) violar legislação em vigor; (ii) induzir terceiros a erro; e (iii) violar direitos de terceiros. Existem, pois, autênticos **deveres de diligência e mitigação de danos** por parte de pessoas naturais e jurídicas requerentes de nomes de domínio, sobretudo em relação à observância da lei (incluindo aqui tratados e convenções de que o Brasil é parte), alcance de direitos subjetivos patrimoniais e pessoais de terceiros e criação de falsa associação decorrente de indução de terceiros usuários a erro.

Em seu posicionamento técnico, o IRIS entende que a entidade de registro não poderia ser responsabilizada civilmente pelos danos causados por terceiros e usuários dos domínios, sob pena de banalização dos institutos da solidariedade das obrigações contratuais e da responsabilidade civil, além do desvirtuamento da teoria do risco segundo o Código Civil brasileiro.

Adicionalmente, as sucessivas decisões recorridas por parte da Embargante NIC.Br demonstraram desconhecimento dos tribunais a respeito do alcance das normas do Marco Civil, em especial as que endereçam responsabilidade de intermediários de internet e condutas de terceiros usuários na rede³⁰. Para suportar o acolhimento de

28 Fonte: <https://registro.br/estatisticas.html>

29 Ressalta-se, aqui, que os serviços de registro de nome de domínio e sua manutenção são pagos pelo usuário/requerente mediante retribuição ao Registro.Br, em valores essencialmente módicos (quarenta reais ao ano) se comparados ao preço mensal pelos serviços de conexão (operadoras de telefonia móvel e provedores de internet em banda larga móvel ou fixa) ou às remunerações devidas ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, por exemplo, para processamento de pedidos de registro e manutenção de registros de marcas, patentes, desenhos industriais e software/programas de computadores.

30 Em ocasiões anteriores, inclusive, esta E. Corte concluiu, quanto ao alcance da responsabilidade civil de agentes da internet em caso de conteúdo tornado público por usuário vis-a-vis os efeitos relativamente à violação de liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, e a vedação de censura: “(...) caso todas as denúncias fossem acolhidas, açodadamente, tão somente para que o provedor se esquivasse de ações como a presente, CORRER-SE-IA O RISCO DE UM “MAL MAIOR”, o de censura, com violação da liberdade de expressão e pensamento (art. 200 §2a, da CF). Não se pode exigir dos provedores que determinem o que é ou não apropriado para divulgação pública. Cabe ao Poder Judiciário, quando instigado, aferir se determinada manifestação deve ou não ser extirpada da rede mundial de computadores e, se for o caso, fixar a reparação civil cabível contra o real responsável pelo ato ilícito (...) Diante do exposto não subsiste o fundamento adotado na origem quanto ao cabimento dos danos morais, pois contrário ao entendimento desta Corte” (Cf. STJ, REsp 1.568.935/RJ, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cuevas, 3a Turma, DJe 13.04.2016) (grifos nossos).

mérito dos presentes Embargos, inclusive, esta E. Corte tem oportunidade de voltar-se à orientação jurisprudencial consistente que ela mesma formulou nos últimos anos, especialmente ao analisar a responsabilidade civil por danos morais em litígios emergentes da internet. Em diversas ocasiões, a seguinte opinião foi assentada pelo STJ, em linha com interpretação evolutiva das leis infraconstitucionais no período precedente e subsequente à entrada em vigor do Marco Civil:

“ (...) o dano moral decorrente de mensagens com conteúdo ofensivo inseridas em site por usuário não constitui risco inerente à atividade desenvolvida pelo provedor da internet, porquanto não se lhe é exigido que proceda a controle prévio de conteúdo inserido e disponibilizado por usuários, pelo que não se lhe aplica a responsabilidade objetiva, prevista no art. 927, parágrafo único, do CC/2002”³¹

No caso *Carolina Ferraz/K1 Estacionamentos e NIC.br*, portanto, o E. Tribunal terá a oportunidade singular de concentrar-se, dentre outras questões, na análise não apenas da disciplina da atribuição e registros de nomes de domínio no Brasil mas também da responsabilidade de agentes e intermediários de internet, conforme a Constituição Federal e a regência especial das normas infraconstitucionais, a exemplo do do Marco Civil de 2014 e do Decreto nº 4.829/2003.

Como observado no item I.5 supra, ao ser admitido como Amicus Curiae deste Egrégio Tribunal, o IRIS pretende contribuir para assegurar a formação, higidez e consistência da jurisprudência dos tribunais brasileiros em matérias relativas ao direito internacional, internet e novas tecnologias.

II.V. Interesse público global dos registros de nomes de domínios atribuídos pelo NIC.br

É de se salientar ao E. Tribunal, mais uma vez, que a controvérsia ora examinada apresenta inequívoca repercussão pública e social. Qualquer aceno de jurisprudência a ser consolidada pelo STJ em direção oposta à separação entre regimes jurídicos de responsabilidade, a saber entre responsabilidade de agentes de internet e responsabilidade civil de terceiros detentores ou possuidores de nomes de domínio levaria à indesejável instabilidade contenciosa em processos semelhantes, além de inegável insegurança normativa quanto à **governança da infraestrutura de internet** no Brasil.

E sobre esse aspecto, o IRIS gostaria de expor alguns argumentos a corroborar o **interesse público relativamente à atividade dos registros de nomes de domínio atribuídos pelo NIC.br/Registro.Br**.

Cerca de 67,5% da população brasileira encontra-se atualmente conectada à internet³². Esse indicador serve para demonstrar que parcela expressiva da população

31 Cf., por exemplo, AgRg no AREsp 1.402.104/RJ, 4a Turma, Rel. Min. Raul Araújo, DJe 18/06/2014; AgRg no AREsp 495.503/RS, 4a Turma, Rel. Min. Marco Buzzi, DJe 01/06/2015; AgRg no AREsp 681.413/PR, 4a Turma, Rel. Min. Raul Araújo, DJe 17/03/2016; REsp 1.531.653/RJ, 3a Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 13/06/2017; REsp 1.642.997/RJ, 3a Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 15/09/2017. A posição demonstra a inadequação da aplicação da teoria do risco, entabulada pelo Art. 927 do Código Civil, como parâmetro para imputação de responsabilidade civil objetiva aos intermediários de internet.

32 Cf. indicadores gerais da União Internacional de Telecomunicações em UIT. *Measuring the Information*

acessa, reconhece e utiliza o sistema de nomes de domínio, sobretudo porque ele resulta da organização técnica da internet em nível global. Como examinado no item III.1. O sistema de nomes de domínio é estruturado a partir de um entrelaçamento entre normas internacionais e internas, sendo o ICANN a organização responsável por organizar as políticas primárias sobre os registros, com repercussões diretas sobre os sistemas jurídicos nacionais. Trata-se de um dos mais importantes pilares da Governança da Internet como a conhecemos. O domínio .BR representa a conexão relativa à sociedade brasileira com a rede mais ampla que compõem a escala global da internet e sua operação é fundamental para que milhões de usuários e dispositivos possam estar conectados entre si.

A execução de serviço de registro, a coordenação e a manutenção do domínio .BR é imprescindível para funcionamento de boa parte do que conhecemos como internet no Brasil. Isso porque o sistema de nomes de domínio é crucial para a conexão entre usuários e dispositivos. E ainda segundo o Art. 4º do Marco Civil, a disciplina do uso da Internet tem por objetivos a promoção de: (i) do direito de acesso à internet a todos; (ii) do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos; (iii) da inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e (iv) da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados.

De acordo com o *Internet & Jurisdiction*, projeto global que busca endereçar a questões mais sensíveis sobre os aspectos jurídicos transnacionais da internet, “a operação segura e protegida do DNS forneceu base sólida para o crescimento da Internet como **recurso público global**.”³³ Um recurso público, especialmente aquele que revela um caráter global, não pode ser confundido com mero serviço público, cujo caráter e regulamentação observam características e normas próprias.

A ideia de um recurso não pode ser confundida com atividade ou serviço públicos, pois liga-se, não à natureza jurídica do prestador de serviço, mas aos desdobramentos na sociedade e nos recursos que viabiliza para o público em geral ao ser ofertado. Com efeito, a literatura, já há quase uma década, sedimenta o sistema de nomes de domínio como um **recurso crítico da Internet**, sendo essencial para o seu funcionamento, administração e expansão³⁴. É possível afirmar, nesse sentido, o interesse em escala global de que o registro de nomes de domínio seja viável e não esteja sujeito a responsabilidades que não se relacionam com suas funções exclusivamente técnicas. Por isso, também a atuação das entidades nacionais de registros de nomes de domínio é revestida de **interesse público global**: qualquer fragmentação das etapas de execução de registros, atribuição de endereços IP e de administração relativa ao Domínio de Primeiro Nível de um Estado (ccTLD - country code Top Level Domain) resultaria na fragmentação da internet em escala transnacional. O NIC.br é parte do conjunto de atores envolvidos na Governança da Internet.

Na Austrália, por exemplo, a auDA (.au Domain Administration) é a entidade de

Society Report. 2018. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2018/MISR-2018-Vol-2-E.pdf>. Acesso em de nov. de 2019.

33 I&J. *Framework to Address Abuse*. 2019. Disponível em: http://www.circleid.com/pdf/Framework_to_Address_Abuse_20191017.pdf. Acesso em 07 de nov. de 2019.

34 DENARDIS, Laura, The Privatization of Internet Governance. GigaNet: *Global Internet Governance Academic Network*, Annual Symposium 2010. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2809229>>

registros de nomes de domínio “au”³⁵ e foi reconhecida, em 2000, pelo Executivo como o órgão de atribuição e gestão dos registros no país. Ali, há competências que também estão reservadas ao governo, nos termos da Lei de Telecomunicações de 1997. Mais recentemente em 2018, o Executivo emitiu nova resolução sobre os termos dos serviços realizados pela autoridade, reconhecida pela ICANN como o operador adequado para os domínios “.au”³⁶. A relação com o ICANN é estabelecida pelo Acordo de Patrocínio, que estabelece os dispositivos de gerenciamento dos nomes de domínio, além de funções de manutenção da disponibilidade da infraestrutura de DNS “au.” e gestão de servidores de domínios primários e secundários que fazem parte dessa infraestrutura³⁷. Ainda segundo o Acordo de Patrocínio entre o ICANN e a auDA, a administração da atribuição e registro de domínio pela entidade australiana é estabelecida segundo um princípio de que a infraestrutura DNS é de “**interesse público ou interesse comum**” e deve ser, dessa forma, gerenciada pela entidade”(grifos nossos)³⁸.

Ainda a título de exemplificação, é possível ilustrar a relevância social do registro de nomes domínios “.br” com a sistemática de registro de livros em uma biblioteca. O usuário, todo aquele que busca acessar o conteúdo de um site ou de um livro, precisa primeiro das coordenadas de sua localização. No caso do DNS, o .BR é exatamente um endereço que, na situação da biblioteca poderia ser uma estante, número de referência, entre outros.

Exigir que o Nic.BR verifique conteúdo de sites registrados sob o .BR ou ainda que deva fazer o juízo de quem deve ou não fazer um registro equivaleria a obrigar uma biblioteca a ler o conteúdo de cada livro registrado e ainda ter que verificar a quem corresponde a autoria de cada obra. O resultado de tal situação seria evidente: a inviabilidade da atividade. Também fica evidente a contrariedade de tal medida, que se traduz em ofensa a garantias e liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, liberdade intelectual e livre manifestação de pensamento, ao atribuir a obrigação de um ente privado, por si e sem o supedâneo judicial, decidir que tipo de conteúdo (e por quem) pode fazer parte de seus registros.

Segundo essas tarefas ou funções, atribuídas em observância ao “interesse do desenvolvimento da Internet no Brasil”, em linha com o disposto no Decreto 4.829/2003, o NIC.br/Registro.br não poderia ser equiparado a empresário ou qualquer forma organização coletiva para fins de indústria, comércio ou serviços, como tais considerados no centro de atividades econômicas corriqueiras alcançadas puramente pelo regime do direito empresarial e direito do consumidor.

A interpretação e sentido dos Arts.1, inciso II, e Art. 10 do Decreto demonstram a articulação de política normativa escolhida pelo Estado brasileiro. Ela ressalta as relações entre agentes da Internet e governo como desempenhadas pelo Comitê Gestor

35 <https://www.auda.org.au/about-auda/>

36 <https://www.icann.org/resources/unthemed-pages/au-2012-02-25-en>

37 ICANN. *ccTLD Sponsorship Agreement* (.au) 25 October 2001. Texto completo em: <<https://www.icann.org/resources/unthemed-pages/sponsorship-agmt-2001-10-25-en>>

38 AUSTRALIA, *Letter from Senator Richard Alston to Greg Watson (auDA)*, 2000. Disponível em: <<https://www.iana.org/reports/2001/au-redelegation/alston-to-watson-31dec00.html>>. Acesso em 08 de out. de 2019. Interessante observar que na hipótese de eventual redesignação de delegação de poderes para gestão dos registros de domínio na Austrália, a auDA comprometeu-se a cooperar e cumprir com os requisitos estabelecidos pela lei australiana e/ou ICANN para levar a cabo a transferência ou nova delegação de autoridade para o domínio de topo “.au” (“If there is a reassignment of the delegation of authority for administration of the au ccTLD from auDA to another party, auDA agrees to cooperate and comply with the requirements of the Commonwealth and/or ICANN in order to effect the transfer and redelegation of authority for the au ccTLD”).

da Internet, além do interesse público relevante sobre os registros de nome de domínio, alocação de endereços IP e administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível “.br”. Esse interesse, como destacado, encontra-se centrado no “desenvolvimento da Internet no País”.

III. CONCLUSÕES E PEDIDOS

Em vista do exposto, observa-se a necessidade de que as controvérsias ventiladas pelos **Embargos de Divergência em Recurso Especial No. 1695778**, e a repercussão social das questões jurídicas ora suscitadas sejam endereçadas pelo **Egrégio Superior Tribunal de Justiça** com a devida sensibilidade e as precauções interpretativas relativamente às normas da Constituição, do Marco Civil e de acordos internacionais de que o Brasil é parte.

Com a decisão nos Embargos, o STJ tem oportunidade, igualmente, de considerar questões emergentes da natureza multissetorial da regulamentação da internet e observância de regimes regulatórios envolvendo a infraestrutura dos nomes de domínios e que constituem um dos pilares da chamada governança da internet.

Dessa forma, no sentido de contribuir com os temas anteriormente explorados, requer-se, respeitosamente, a este Egrégio Tribunal que:

- a. admita o **Instituto de Referência em Internet e Sociedade - IRIS** na condição de *Amicus Curiae* nos presentes Embargos de Divergência em Recurso Especial, nos termos do artigo 138 do Código de Processo Civil, inclusive para que possa apresentar manifestação escrita quanto ao mérito do recurso e realize sustentação oral durante o julgamento do feito;
- b. uma vez admitido como *Amicus Curiae*, conforme o pedido acima formulado, que autorize o **Instituto de Referência em Internet e Sociedade – IRIS** a participar de audiência designada por Vossa Excelência e realizar breve exposição sobre os argumentos técnico-científicos apresentados.

Caso este Egrégio Tribunal não entenda cabível a sua admissão como *Amicus Curiae*, o **Instituto de Referência em Internet e Sociedade – IRIS**, respeitosamente, requer a juntada da presente peça como Memorial nos autos dos Embargos, considerando que foram apresentados subsídios técnicos e argumentos afins à matéria controvertida e que poderão ser levados em conta por essa Corte para tomada de decisão. Eles refletem a experiência acadêmica nacional e internacional do Instituto no debate sobre questões envolvendo internet, responsabilidade de agentes e direitos de usuários.

Termos em que
espera deferimento.

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2019

Lahis Pasquali Kurtz
OAB/PR nº 70.722

Prof. Dr. Fabrício Bertini Pasquot Polido
OAB/SP nº 237.196
Conselheiro do Instituto de Referência em Internet & Sociedade

Luiza Couto Chaves Brandão
Diretora do Instituto de Referência em Internet & Sociedade

IV. Referências de pesquisa

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Sociedade da informação e mundo globalizado**. In: *Revista Brasileira de Direito Comparado*. vol.22. 2002, p.161-82. Disponível em: <[http://www.idclb.com.br/revistas/22/revista22%20\(10\).pdf](http://www.idclb.com.br/revistas/22/revista22%20(10).pdf)>

STAMATOUDI, Irini. **Domain name registration procedures and practices and domain name dispute resolution**. In: *Revue Hellénique de Droit International*. vol.55. n.1. p.141-69. 2002.

SANTOS, Adriana Gomes dos; MORAES, Maria Antonieta Lynch de; VARELA, Maria Gabriela de Carvalho Magalhães. **A prática do cybersquatting no Brasil**. In: *Revista dos Tribunais*. v.107. n.989. p.225-45. 2018.

DENARDIS, Laura, **The Privatization of Internet Governance**. GigaNet: Global Internet Governance Academic Network, Annual Symposium 2010. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2809229>>

SILVEIRA, Newton. **Conflito entre marca, nome empresarial, título de estabelecimento e nome de domínio**. In: *Revista da Escola da Magistratura Regional Federal 2. região - EMARF*. Rio de Janeiro. vol.24. n.1. p.319-29. 2016.

ALMEIDA JÚNIOR, Jesualdo Eduardo de; PIMENTEL, Cassiano de Araújo. **A usucapião de domínios de internet**. In: *Revista dos Tribunais*. vol.105. n.967. p.211-26. 2016.

PEREIRA, Alexandre Libório Dias. **Nomes de domínio (PT)**. In: *Revista da ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual* n.129. p.32-42. 2014.

SILVEIRA, Newton. **A propriedade intelectual na Internet e a questão dos nomes de domínio**. In: *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. vol.39. n.119. P.26-33.2000.

POLIDO, Fabrício. **Direito internacional privado nas fronteiras do trabalho e tecnologias**: Ensaios e narrativas na era digital. 1.ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2018,

MOURA VICENTE, Dário. **Problemática internacional dos nomes de domínio**. In: *Direito Internacional Privado: Ensaios*. Vol. 1. Coimbra: Almedina, 2002, p.,167-192.

KURBALIJA, Jovan. **Uma introdução à governança da internet**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: <https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernoCGIbr_Uma_Introducao_a_Governanca_da_Internet.pdf>